

**COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA**  
**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê do Fundo de Transição**

<b>Data:</b> 29 de outubro de 2015	<b>Local:</b> Anexo do MMA - SEPN 505 Norte, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, sala T13 - Brasília - DF
<b>Horário:</b> 09 hs até 18 hs	
<b>Número total de participantes:</b> 1) Membros Doadores: Número De Membros Institucionais: 05 Número De Membros Corporativos: 01 Número De Membros Individuais: 0 2) Membros Do Governo: MMA : 01 MPOG: 00 <b>Número de outros participantes</b> 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 01 2) Secretaria e outros observadores: 09 (com Adriana) Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré	
<b>Agenda do Dia:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Introdução: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião.</li><li>2. Decreto do Arpa – comentários e Indicação para as 03 (três) cadeiras dos doadores no novo Comitê do Programa.</li><li>3. Nova formação do Painel Científico de Aconselhamento.</li><li>4. Status adesão e criação de novas UCs.</li><li>5. Apresentação dos principais pontos dos relatórios divulgados A, B e C.</li><li>6. A questão da inserção dos OGs estaduais e divulgação das contrapartidas dos OGs por MR.</li><li>7. Atualização sobre condições de desembolso e justificativa para o novo desembolso.</li><li>8. Proposta para deliberação sobre o montante a ser desembolsado no próximo biênio (incluindo % Funbio).</li><li>9. Visita de Angela Merkel e doação do KfW - comentários.</li><li>10. Atualização sobre gestão de ativos/processo de contratação de novo gestor.</li><li>11. Atualização sobre doações: GEF e Suez.</li><li>12. Atualização gestões BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia.</li><li>13. Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões.</li></ol>	

Anotadas as presenças de 06 membros doadores do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US), Avecita Chicchón (Moore), Gustavo Fonseca (GEF), Christian Lauerhass (KfW), Arthur Liacre (Anglo American), e Moara Giasson (MMA) e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Lilian Hangae. Estão presentes também, Thiago Barros e Renata Gatti (MMA), Renier Swart (Anglo American), Mauro Armelin (WWF-BR), Fernanda Marques, coordenadora da área de Doações do Funbio, Manuela

α

ho  
MS  
AL

Muanis, Ilana Nina e Flávia Neviani do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião e convida Flávia Neviani para secretariá-la. O Presidente dá início aos trabalhos às 10h da manhã declarando aberta a reunião.

**I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda**

O Presidente inicia com boas-vindas à Moara e Lilian Hangae, bem como Renier acompanhando Arthur Liacre. Relembra em seguida as deliberações da reunião anterior: Subcomitê Financeiro fará pequenos ajustes na Política de Investimentos do Fundo de Transição e nas aplicações financeiras, considerando o ritmo atual de execução do Programa Arpa. Os membros do CFT deliberaram por alterar o Módulo 02 do MOP para refletir a modificação no Módulo 01 autorizada pelo Comitê do Programa (CP). As negociações com BNDES devem ser retomadas ainda nesta fase do Fundo Amazônia. MMA está em contato com a instituição para fechar um contrato no valor de R\$20 milhões. CFT aprovou a negociação com a SUEZ para o aporte ao FT de US\$ 3,5 milhões em dinheiro e US\$ 1,5 milhão em bens e serviços. O Presidente pede então para Moara apresentar informações quanto à negociação com o BNDES. Moara informa que devido as recentes mudanças na Secretaria de Biodiversidade no MMA, o processo ficou sem liderança determinada para a condução das negociações. Contudo, foi realizada uma pré-avaliação da proposta enviada pelo Funbio ao MMA. Pede desculpas pelo atraso na avaliação e garante que terá uma posição mais clara na próxima reunião. O Secretário Executivo deverá apoiar nesta conversa com o BNDES para garantir que os 20 milhões de reais entrem de fato no FT e não sejam executados em paralelo. Afirma que neste momento de crise do país é muito importante ressaltar ao BNDES que o MMA tem interesse nestes recursos para integrá-los ao Fundo de Transição e que o MMA trabalhará junto aos gestores das UCs para a proposta de execução.

**II. Item 2 da pauta aprovada: Decreto do Arpa – comentários e indicação para as 03 (três) cadeiras dos doadores no novo Comitê do Programa**

O Presidente, ao abordar o tema do novo Decreto do Arpa, ressalta que há alterações importantes em relação à representação dos doadores que passaram a ter 3 (três) assentos. Os nomes indicados pelo CFT para os assentos no CP são (a) Marina Campos, da Fundação Moore, (b) Marco Lentini, que já está no Comitê do Programa, e (c) Arthur Liacre, da Anglo, cuja experiência específica em *private finance* poderá representar grande apoio. Sobre o decreto e a indicação dos três nomes, Moara informa que utilizará o registro em Ata para encaminhamento à Ministra da indicação do Comitê do Fundo de Transição para a nomeação e disparar ofícios para os órgãos oficiais. Em relação às ONGs, informa que utilizará o sistema similar ao do CONAMA para definir sua representação no conselho e será apoiado no cadastro nacional de entidades ambientalistas.

Thiago informa quanto ao teor do Decreto 8.505, publicado em 20 de agosto de 2015 que revisa a estrutura do Programa anteriormente prevista no Decreto Nº 4.326/2002. Destaca: Em alinhamento com a portaria assinada pela Ministra em 2014, durante a negociação da Terceira fase, estabelece a duração de 25 anos do Programa; prevê possibilidade de diferentes fontes de financiamento público federal e estabelece o compromisso do governo federal com o Programa. Thiago ressalta que o Decreto se refere ao compromisso apenas do governo federal. É preciso uma atuação maior e mais direta com os representantes dos estados para que também se comprometam com o aporte gradual até se atingir a curva de financiamento de acordo com os modelos do FT. O Presidente sugere retomar o plano que tinha no ano passado de visitar os estados e acredita que o Funbio tenha interesse também, para identificar onde estão os problemas e vermos onde podemos agir, inclusive porque temos apoio financeiro (Mac, Moore, WWF). Moara ressalta a necessidade de uma conversa política inicial e depois a apresentação aos estados deste pacote, de como receber bem e gastar bem os recursos. Isso exige planejamento e decisão por qual Estado iniciar. Conta com as sugestões do Comitê e também da equipe que deverá levantar os dados. Talvez o Tocantins seja um bom ponto de partida porque já tem uma intencionalidade. Thiago sugere que o próprio trabalho do Funbio com os fundos estaduais pode ajudar no levantamento dos critérios. A primeira conversa da secretária Ana Cristina com os Estados também pode ajudar nesta definição. Manuela informa que há verba para contratação de consultor, com TDR pronto e que é preciso avaliar se esta contratação será mesmo necessária.

Thiago retoma o tema da última parte do Decreto referente à composição do Comitê do Programa. O novo decreto ampliou o número de membros de 8 para 12, ampliação da participação de doadores de 1 para 3 assentos. Está sendo trabalhada uma proposta de regulamentação, que deve se dar por uma Portaria da Ministra, para indicar os representantes no Comitê do Programa: o MMA com três representantes, o ICMBio, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda - o que é uma conquista - 3 representantes da sociedade civil e dos órgãos gestores estaduais estão ali previstos. Na Amazônia há 44 entidades cadastradas com este perfil. O processo seletivo será realizado de forma virtual. A representação dos órgãos gestores estaduais será um desafio, sendo rotativa a representação dos órgãos gestores estaduais no Comitê do Programa. O representante deverá ser o porta voz entre os órgãos gestores estaduais e o Comitê do Programa. Informa que o MMA está trabalhando na regulamentação que deverá estar pronta no dia 20 de novembro para ser publicada. Thiago ressalta que a composição do CP espelha a composição do CFT em uma razão de 3 para 1 entre membros doadores e não doadores no CFT e esta razão se inverte no CP, sendo 9 membros de governo e Organizações da Sociedade Civil e 3 doadores. Um equilíbrio dado às diferentes competências destes dois comitês. Fernanda Marques também ressalta que o novo decreto faz outra alteração importante em relação à paridade de representação da sociedade civil e governamental, antes na razão de 6 para 6 e com o novo decreto de 5 para 7.

<b>Deliberação</b>
São indicados pelo CFT como membros, representantes dos doadores no Comitê do Programa os seguintes nomes: Marina Campos, Arthur Liacre e Marco Lentini.

### III. Item 3 da pauta aprovada: Nova formação do Painel Científico de Aconselhamento

Sobre a recomposição do Painel Científico de Aconselhamento, Thiago informa que em março houve vacância de 3 das 5 vagas o que prejudicou sobremaneira a execução das atividades relacionadas ao apoio à criação e desenvolvimento de protocolo de monitoramento. O processo eletivo resultou na eleição de Marcelo Gonçalves (Cegonha) com 6 votos. Foi uma vitória apertada em relação à Daniela Oliveira com 5 votos. Será proposta ao CP a participação de ambos. Para a cadeira de mudanças climáticas o Sr. Heraldo Matricardi, professor da UnB na cadeira de geografia, foi o candidato mais bem votado. Para a cadeira de aspectos socioambientais Therezinha de Jesus Fraxe foi a mais bem votada com 9 votos de 11. Desta forma, os 3 novos membros passam a integrar o Painel juntamente com Marcos Amend e Eduardo Venticinque (Dadão) que são os dois membros anteriores. Recomposto o Painel, há condições de marcar novas reuniões e retomar os trabalhos o quanto antes. O Presidente ressalta que o CFT apoia fortemente a continuidade de Daniela Oliveira no Painel. Gustavo observa que a participação de Marcelo será muito boa porque está trabalhando muito em nível global com esta questão de efetividade de gestão.

### IV. Item 4 da pauta aprovada: Status adesão e criação de novas UCs

Thiago inicia a exposição do trabalho desenvolvido ao longo deste ano: ampliação da RESEX Médio Juruá em torno de 35 mil hectares, a criação de uma RDS nova no Amazonas, a partir de uma área que era do Parque Estadual Rio Negro. Isto não fez com que houvesse redução de área no parque, pelo contrário, o parque teve uma ampliação no limite norte, gerando saldo positivo. Essa RDS está fazendo gestão conjunta com o Parque Estadual do Rio Negro não gerando custo adicional ao Programa, mas passamos a considerar a especificidade de trabalho de uma reserva de desenvolvimento sustentável que permite alguma atividade produtiva. Houve também a criação da ESEC Alto Maués, com 700.000 (setecentos mil) hectares no Amazonas. Foi realizada chamada e avaliação de propostas de adesão de unidades em processo de consolidação. Após aprovação do Comitê do Programa foi estabelecida a adesão de 18 unidades totalizando uma área próxima a 7 milhões de hectares. Várias dessas unidades estão também agregadas em blocos, então vão representar um custo de uma unidade ou talvez um pouco mais, mas trazendo uma representatividade em termos de área e de complementaridade de ecossistemas bastante representativa para o Programa, contribuindo para a meta de abrangência de 60 (sessenta) milhões. Já temos 59,2 milhões a partir desse trabalho desenvolvido ao longo deste ano. Boas expectativas em relação ao processo que está sendo desenvolvido no sul do Amazonas com terras públicas da União, sem problemas de regularização fundiária neste caso, próximo à região no município de Apuí. Processo destinava glebas de aproximadamente 2,5 milhões de hectares. Os estudos em campo determinaram uma delimitação em torno de 3,7 milhões de hectares. O processo está agora na Casa Civil para consideração dos fatores que implicam em maior ou menor tamanho e a assinatura é esperada em breve. O Presidente pergunta como são contabilizados os mosaicos no Programa. Thiago explica que as UCs são consideradas individualmente, mas como unidade de gestão única.

AC  
4  
MS  
MS  
M

Há 11 unidades atualmente estão trabalhando em gestão integrada. São contabilizadas 103 unidades de gestão dentro do Programa. Mas para fins estatísticos e de relatoria contabiliza-se as unidades uma a uma. Atualmente o Programa tem os seguintes mosaicos sendo apoiados: 5 unidades no sul do Amazonas (Mosaico do Apuí); RDS Puranga Conquista com Parque Estadual Rio Negro; Parque Estadual Matupiri com RDS Matupiri no Amazonas e os dois blocos do Estado do Pará que são Resex Maracanã, que já fazia parte do Programa e 3 unidades que foram criadas recentemente naquela região. Desta forma, são apoiadas 103 unidades administrativas num total de 114 UCs no Programa. Thiago informou ainda que o Programa soma 52% das Unidades de Conservação do bioma Amazônia 40% de área nacional de Unidades de Conservação no Brasil.

**V. Item 5 da pauta aprovada: Apresentação dos principais pontos dos relatórios divulgados A, B e C**

Thiago apresenta os Relatórios A, B e C. Pede desculpas pelo atraso na divulgação deste material para o Comitê do Fundo de Transição, pois a equipe do MMA está reduzida e também houve atrasos nas equipes das UCs para a elaboração dos planejamentos e nas respostas dos instrumentos de monitoramento que são pré-requisitos para as análises contidas nos relatórios.

**O Relatório A - Implementação e Progresso financeiro do Programa** mostra que Parque Estadual do Cantão se consolidou enquanto unidade grau 2 e a Reserva Biológica do Jarú deve atingir este estágio em 2016. A RESEX do Rio Xingu planeja a consolidação para 2017. Em seguida, apresenta o quadro dos recursos investidos nas UCs. A contrapartida referente ao ano de 2014 soma R\$ 2.275.607,39 e os recursos executados no Fundo de Transição são referentes ao período de novembro de 2014 a agosto de 2015, somando R\$ 951.186,15. O aporte do recurso de contrapartida foi definido anteriormente à fase III ter sido firmada, então ainda não estava claro o compromisso da elevação gradual dessa contrapartida. A partir de maio de 2014 se tornou mais claro. Conseguiremos de fato avaliar este crescimento a partir do próximo ano. Esperamos, quanto aos recursos do Fundo de Transição, que até dezembro de 2015, com as medidas que tem tomado o Funbio e o programa de aceleração da execução, tenhamos uma elevação na taxa de execução.

O Presidente lembra que o valor que o FT já havia desembolsado para o período, um pouco menor do que dois anos, 8 milhões e que recebeu informações do Funbio de que irá conseguir gastar até o final deste ano aproximadamente 4 milhões. Thiago afirma que já houve um aumento significativo na execução nestes últimos meses. Paulo pergunta para onde vão os 4 milhões não gastos. Thiago responde que estes recursos são alocados para o período seguinte e que o FT apenas fará o aporte complementar de acordo com o POA do período seguinte. Fernanda Marques explica que os recursos saem da aplicação de longo prazo e vão para a conta de aplicação de curto prazo, mas para a conta operativa os recursos só são transferidos conforme a execução vai acontecendo. O saldo remanescente que não está utilizado ainda se encontra na conta de aplicação de curto prazo. Fernanda ressalta a necessidade do entendimento do Subcomitê de Finanças para a definição de como será feita a transferência dos recursos da conta de aplicação de longo prazo para a conta de aplicação de curto prazo, se tudo de uma vez ou em partes, em vista das diferentes possibilidades de retorno. O Presidente entende que pode ser em dois graus, pois pela política de investimentos

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including initials like "AC", "MS", and "AL".

os investimentos líquidos são para os seis meses seguintes, então podemos refinar isso um pouco mais com a Pragma para ver como fazer para não ficar com liquidez excessiva.

#### **Relatório B – Compreensivo de Progresso do Arpa**

Thiago inicia a apresentação do Relatório B que é um relatório de verificação de progresso, mais abrangente. Utiliza as informações obtidas pela ferramenta de avaliação de efetividade de gestão de unidades que é a FAUC, que foi aplicada entre maio de junho de 2015. Com estas informações balizamos o nosso planejamento estratégico dos próximos dois anos. Apresenta o número de UCs que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau I em 2015, em relação a 2013. Houve um avanço nos marcos referenciais, em especial relativamente a sinalização e equipamentos, mas é preciso tomar atenção aos planos de manejo onde o avanço foi tímido, mas é um ponto que foi trabalhado este ano com as oficinas de aceleração. Está acontecendo inclusive este mês em Belém uma oficina com unidades federais para elaboração dos termos de referência para contratação dos planos de manejo. Outra questão identificada para aceleração da execução é o estímulo às solicitações de obras, construção de sedes, guaritas e reformas. Novamente o desafio é de acertar as especificações e a ideia é trabalhar também de uma forma similar ao que tem sido feito com os planos de manejo. Lilian informa que complementando as ações de aceleração do Programa, o ICMBio está mudando a estratégia de elaboração de planos de manejo, pensando que este dará o planejamento mais macro que vai subsidiar um segundo momento do acordo de gestão. Em relação às unidades que tem gestores da comunidade e que não tem condições de gerenciar os recursos do Arpa, Lilian informa sobre a estratégia em conjunto ao Ministério de colocar equipe para assessorá-los. A estratégia do MMA é trazer, com outras fontes de recurso, pessoal técnico para colaborar no acompanhamento para avançarmos no Programa. A ideia é que as unidades estejam dotadas desses planos de manejo básico nos próximos dois anos. Moara ressalta que ainda há a dificuldade de encontrar no mercado empresas aptas a elaborar os planos de manejo no volume que precisamos.

Thiago continua mostrando as Unidades de Conservação que alcançaram as metas do programa para consolidação em grau I, em 2015. A grande maioria das unidades prevê para 2019 o ano de consolidação. Em resumo há 18 novas unidades entrando no Programa, formando este total de 114 UCs, são 59,2 milhões de hectares já abrangidos pelo Arpa o que representa o atingimento de 98% da meta de 60 milhões de hectares. Para Grau I temos 3 UCs consolidadas e 22 UCs em estágio avançado de consolidação, que se espera, dentro do pactuado, que estejam consolidadas no prazo de 2 anos, representando uma área de pouco mais de 11 milhões de hectares. Para o grau II o número é de apenas 2 unidades, sendo prevista, também para o prazo dos próximos dois anos, a consolidação de mais cinco unidades. O que soma aproximadamente 13 milhões de ha.

**Relatório C – Plano Bienal de Necessidades Financeiras do Arpa**, que possibilita ao CFT avaliar o cumprimento das condições de desembolso, para definição do quanto se poderá destinar para atividades futuras. O tema foi abordado no item 7, adiante.

6  
ms  
AC  
WA  
AA  
MS  
AL

**VI. Item 6 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais e divulgação das contrapartidas dos OGs por MR**

Tema abordado no item seguinte.

**VII. Item 7 da pauta aprovada: Atualização sobre condições de desembolso e justificativa para o novo desembolso**

Nº	Condição de Desembolso	Status
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	<b>Condição atendida.</b>
2	Inexistência de perda líquida de UCs	<b>Ganho líquido aprox. de 7 milhões de hectares:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da RESEX Médio Juruá (33.705 ha)</li> <li>- Criação da RDS Puranga Conquista (saldo de 6.3 ha)</li> <li>- Adesão de 18 UCs (aproximadamente 6,9 milhões de ha)</li> </ul>
3	Relatórios Financeiros por UC	<b>Todos os OG enviaram contrapartida referente a 2014</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de execução não apresentam detalhamento por marco referencial <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de estudo para detalhamento dos dados financeiros dos OG por MR.</li> </ul> </li> </ul>
4	Plano de Consolidação	<b>Condição atendida</b>
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BNDES articulação para assinatura de ACT e liberação de 1º Tranche de R\$ 20 milhões</li> <li>- KFW assinatura em 20 de agosto - €31 milhões</li> <li>- GEF aprovado PFD em 21 de outubro - US\$ 30 milhões</li> </ul>
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	Condição alcançada
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	Meta federal de 5 UCs do ARPA foi atingida: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 6 UCs federais de grau II estão em processo de implantação.</li> <li>- 4 UCs federais de grau II capacitadas</li> </ul> Protocolo aguarda aprovação do CP e então Estados elaborarão o plano de implementação; UCP deve auxiliar os OG estaduais a elaborar o planejamento de implementação dos Protocolos de Monitoramento ainda em 2015
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ESEC Alto Maués criada em 2014 (668.170 hectares)</li> <li>• ESEC Mamuru/PA concluiu estudos ao final de 2014, e aguarda publicação (126.302 ha)</li> </ul> 14 processos de criação sendo apoiados (4,5 milhões de ha)

7  
*no 8*  
*AC 50 AMS*  
*AL*

9	Aumento dos recursos Financeiros não- salariais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de recursos para os estados MT, PA, TO, AP e ICMBio</li> </ul>
10	Desempenho de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos de consolidação elaborados</li> <li>• FAUC aplicada em 2015</li> </ul> <p>De acordo com os planos de consolidação elaborados, 24% das UCs estarão consolidadas até 2017, 76% até 2018, e 100% em 2019</p>
11	Número Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O monitoramento desta condição será realizado através da FAUC, a partir de 2016, com base nos Planos de Consolidação.</li> </ul>

Em relação a condição de desembolso 3, os relatórios financeiros apresentados por unidade de conservação, todos os órgãos gestores federal e estaduais apresentaram suas contrapartidas referentes ao ano de 2014. Os relatórios de execução não apresentam ainda este detalhamento por marco referencial e há uma primeira avaliação dos Estados e do ICMBio de que isso seria extremamente complicado uma vez que os sistemas de orçamento trabalham para a unidade dos entes federativos como um todo, o mesmo padrão que é utilizado para os recursos de saúde, infraestrutura, energia, também apresenta a informação para meio ambiente e unidades de conservação. Para verificar até onde conseguimos avançar e se é factível ter esta condição (o detalhamento de recurso governamental por indicador, por marco referencial) atendida dentro do período definido estamos contratando um consultor. O TDR foi construído em conjunto entre o WWF, ICMBio, o Funbio e o MMA e está sendo divulgado pelo Funbio.

Em relação a condição número 5, que é o requerimento de recursos adicionais pelo ministério para complementar o FT, prevemos a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica que formalize definitivamente a participação do BNDES dentro das instâncias de acompanhamento do programa, seja dentro do CFT ou do CP juntamente com o ministério do planejamento e da fazenda. Documento de proposta foi desenvolvido pelo Ministério e pelo Funbio. O MMA está com a revisão final deste documento e em seguida será iniciada uma segunda rodada de negociação com a equipe técnica do BNDES, para nova tramitação dentro do banco. Quanto aos aportes de KfW e GEF Thiago informa que foram celebrados o Contrato de Contribuição Financeira do primeiro em agosto deste ano no valor de aproximadamente 31 milhões de euros e aprovado pelo conselho e o segundo, em outubro deste ano, um aporte de 30 milhões de dólares que entram dentro do FT, mas que foram abordados dentro de um documento amplo que trabalha não só o Programa Arpa do lado brasileiro, mas uma estratégia de recuperação e regeneração da vegetação nativa em parceria com Peru e Colômbia. A doação brasileira está em torno de 60 milhões, dos quais 30 milhões são destinados ao FT.

Em relação a condição de desembolso número 6 foram aplicados 17 milhões de reais pelo ICMBio em 2014. Em relação a condição de desembolso número 7, monitoramento da biodiversidade, a meta federal de 5 UCs do Arpa foi atingida inicialmente. Há outras 6 de grau II que estão em processo de implantação e 4 unidades que estão sendo capacitadas para isso. Outras 10 UCs já participaram do processo de discussão e estão encaixando dentro das rotinas de planejamento e operação o início do processo de implantação dessas estruturas de monitoramento. O protocolo aguarda a



aprovação do CP para ser estendido aos estados e a partir desta aprovação elaboraremos um plano de implementação para que dentro dos prazos definidos pelo MOP da fase III tenhamos todas as UCs estaduais desenvolvendo as rotinas de coleta e análise de dados de monitoramento.

Em relação a condição de desembolso número 9, o aumento dos recursos financeiros de contrapartidas governamentais não salariais, observamos o aumento pelos estados Mato Grosso, Pará, Tocantins, Amapá e também pelo ICMBio. Os estados não incluídos são Rondônia, Amazonas, e Acre que não conseguiram atingir a meta conforme projeção financeira prevista pelo Programa. Precisamos engajar estes parceiros para que nos próximos anos alcancem o patamar esperado. Renata Gatti observa que essa informação agora é uma linha de base, pois o prazo para o atingimento da meta pelos estados é em 2016. Thiago complementa que o compromisso assumido em 2014 foi feito posteriormente à aprovação da lei orçamentária que é feita no ano anterior. Passaremos a olhar em 2016 o que foi aportado em 2015. Manuela pergunta se esses recursos que vem de outros projetos podem ser considerados como contrapartida. Thiago afirma que sim, inclusive recursos de compensação ambiental, desde que executados. Moara entende que a própria organização de estrutura que o Arpa traz para os órgãos gestores, auxilia a melhorar o desempenho na execução da compensação ambiental.

Em relação à condição de desembolso número 11, aumento de funcionários, será monitorado a partir da FAUC em 2016, para avaliar o que de fato foi desenvolvido em 2015, com base nos planos de consolidação pactuados no meio do ano. Os órgãos gestores estão definindo quantos servidores serão alocados ao longo dos anos nessas unidades e vamos monitorar se esta consolidação está seguindo a rota planejada. Em relação aos planos de consolidação e alocação dos funcionários nos diferentes graus das UCs, Thiago explica que no grau 1 é preciso ter 2 funcionários e no grau dois, 5 funcionários. Desta forma, a meta é em relação ao incremento anual de número de funcionários e não necessariamente de chegar no número de funcionários necessários. Thiago informa que os planos são desenvolvidos com base nos planos estratégicos que são os próprios gestores que elaboram o documento final que é depois assinado pelo representante oficial do órgão gestor. Manuela observa que, no entanto, para estar em grau dois é preciso atingir o número de 5 funcionários. O Presidente observa que a meta de número de funcionários da consolidação grau 2 e o aumento da contrapartida não salarial são os pontos mais críticos em relação aos Estados. Thiago ressalta que sim, são dois pontos de atenção que o MMA vem trazendo para as conversas com os Estados principalmente.

Thiago continua então lembrando que temos um desafio que é a transição da fase II para a fase III, aumentar a execução em ambas as fases e conciliar os prazos. A fase II, com 67 milhões de reais em saldo que correspondem a recursos residuais do GEF e do KfW com prazos para o final de novembro de 2016 e dezembro de 2017, respectivamente. E a fase III com recursos da MAC Foundation a serem executados até dezembro de 2018 e recursos do BNDES em negociação com o Fundo Amazônia. Para viabilizar isso foi necessário dividir o grupo de unidades apoiadas pelo Programa para ao mesmo tempo finalizar os recursos da fase II e deslançar a execução na fase III.

9  
MS  
MS  
MS  
MS  
MS

Na hipótese da execução total destes recursos teríamos então a solicitação ao CFT para o desembolso complementar, a adesão total deste grupo de unidades.

Thiago apresenta ao CFT a proposta dos recursos a serem executados no próximo período na fase III, em 2016 e 2017. Um grupo composto por 44 unidades, sendo que 11 delas já estão executando recursos pela fase III, e temos o restante composto da seguinte maneira: 9 dessas unidades tiveram um ok para aderir ao programa em reunião de maio de 2015, outras 8 das nove que entraram na reunião de agosto passariam a executar também recursos do FT. A reunião de agosto teve mais uma unidade que teve sua entrada avalizada pelo CP, mas justamente por estar sendo desenvolvido um trabalho de gestão integrada com a comunidade que permanece executando pela fase II ela não está sendo contabilizada neste número.

Christian pede a confirmação de quantas unidades ficarão ainda na fase II. Thiago responde que 70 na fase II e 44 na fase III nos próximos dois anos. Christian expressa preocupação com a capacidade do Programa na execução de recursos de acordo com as obrigações estabelecidas por doador, em relação à fase II.

Moara sugere que seja feita uma tabela fixa a ser apresentada em todas as reuniões para o acompanhamento do prazo em relação aos recursos de cada doador. Fernanda ressalta que o que acontece é que uma vez que os recursos entram no FT eles são do FT e não do doador X, Y, Z. O que nós acordamos na última reunião foi que reportaríamos que esses primeiros recursos executados correspondem aos recursos da MAC, exatamente pelo prazo, mas não há uma segregação ou acompanhamento de execução por doador, o que temos é execução pelo FT. Thiago observa que a execução da fase II estava baixa entre 30% e 40% e que com as medidas que estão sendo tomadas pretendemos chegar a uma taxa de execução de 70%. Paulo observa que o aumento do dólar pode ter efeito sobre alguns bens que compramos, componentes importados, por exemplo. Gustavo lembra que isso é contextual e que num prazo de 25 anos pode mudar muito. Fernanda acrescenta que esta questão é menos crítica para o FT, mas mais crítica para a fase II onde temos um prazo mais apertado. Christian observa que mesmo que haja muita pressão de execução do FT isso não pode diminuir a execução da fase II. Thiago afirma que estamos cientes e que pretendemos ter alta taxa de execução nas duas fases.

Thiago informa que tanto a questão dos processos para atingir os indicadores quanto à taxa de execução eram informações que ficavam muito restritas na unidade de coordenação então estamos divulgando mensalmente os boletins de progresso e de avanço para todos os parceiros para que façam o acompanhamento mais de perto das unidades sob sua responsabilidade e já vemos reflexos interessantes quando estes núcleos de gestão integrada ou as próprias coordenações regionais começam a disparar processos que antes estavam parados. Estamos tendo retorno muito produtivo, principalmente por parte dos Estados.

O Relatório C, Manuela explica, foi ajustado após o envio para os integrantes do CFT, de ontem para hoje e será então encaminhado novamente aos membros do CFT.

Handwritten initials and signatures in the bottom right corner, including "AC", "MS", and "AL".

Thiago informa que a partir das unidades que elencamos com aqueles critérios de consolidadas, próximas a consolidar, que aderiram recentemente ao Programa e que já vinha executando, temos as UCs agrupadas em 4 órgãos gestores Amazonas, Rondônia e Tocantins e o ICMBio.

Thiago mostrou a tabela abaixo:

OG	Estimativa de Custo	Contrapartida 2014 (1)	Contrapartida projetada 2016	Contrapartida projetada 2017	Estimativa de Desembolso FT
AM	5.247.531	-	143.570	287.141	4.816.818
RO	4.242.261	114.600	177.475	240.350	3.824.435
TO	1.345.361	258.741	275.988	293.235	776.136
ICMBio	25.716.938	3.809.270	4.172.287	4.535.305	17.009.343
<b>Total</b>	<b>36.552.091</b>	<b>4.182.611</b>	<b>4.769.322</b>	<b>5.356.033</b>	<b>26.426.733</b>

A primeira coluna mostra uma estimativa de custo a partir do nível de consolidação informado na FAUC, a segunda a contrapartida aportada no ano de 2014. Já as colunas 3 e 4 mostram a contrapartida projetada para 2016 e 2017 a partir dos dados de 2014, considerando a previsão de crescimento para atingimento dos 100% de financiamento em 2039. A última coluna mostra a estimativa de desembolso do FT para atender a demanda de custos de implementação e manutenção e gestão efetiva das UCs nos próximos dois anos. A este valor soma-se o recurso destinado à coordenação do Programa que é utilizado pelo MMA e está previsto até 2 milhões por biênio e o recurso que é utilizado pelo Funbio enquanto gestor financeiro. Ilana explica que em cima a valor indicado pelo modelo ainda é realizada a aplicação da fórmula de desembolso a partir das informações sobre o atingimento das condições de desembolso.

**VIII. Item 8 da pauta aprovada: Proposta para deliberação sobre o montante a ser desembolsado no próximo biênio (incluindo % Funbio)**

O Presidente solicita que o Funbio apresente sua proposta. Fernanda explica que a proposta do Funbio é baseada nas informações repassadas pelo MMA nos relatórios A, B e C, este último repassado na noite anterior. As necessidades de financiamento das UCs apresentadas são derivadas do modelo de custos, mas a projeção da contrapartida para 2016 e 2017 é baseada na contrapartida contabilizada em 2014. Entretanto, os dados de contrapartida 2014 utilizados pelo MMA não incluíram as informações das 12 novas UCs que estão sendo inseridas no Programa, já que os mesmos ainda não estavam disponíveis. Ilana esclarece que se trata de 44 UCs, porem são considerados apenas 35 unidades operativas, já que algumas UCs compõe o Mosaico do Apuí e

*Handwritten signatures and initials:*  
 AC, HP, MSAA, M

outras operam os recursos de maneira integrada. Paulo ressalta que estas 12, por esta projeção, teriam uma contrapartida de 3 milhões nestes dois anos. Fernanda diz que é uma estimativa grosseira, supondo que o mesmo patamar de contrapartida das 23 está sendo aplicado nas 12. Não há informação para balizar, por isso o Funbio optou por apresentar estes números. Paulo observa que a estimativa de custo foi feita em modelo de dois anos atrás e indaga se estes números estão sendo corrigindo apenas pela inflação ou se há alguma outra revisão. Fernanda responde que neste momento não, que a correção é apenas pela inflação, os dados da conjuntura econômica são inseridos na modelagem do custo, mas o que está previsto é a revisão dos custos mixados para a modelagem a cada 5 anos. Acrescenta que este foi o prazo acordado, mas que havendo necessidade é possível antecipar esta revisão. Paulo apoia a antecipação ao menos em relação ao componente de aquisição de bens importados, considerando também a variação cambial. Gustavo, partindo da informação de que os custos foram superestimados, entende que isto vai dificultar também a questão da rentabilidade dos investimentos de curto prazo e longo prazo e pergunta como isso será levado em consideração. Fernanda responde que isso cai sobre a estratégia de desembolsarmos um valor reduzido para a aplicação de curto prazo e a partir disso transferir para a conta operativa conforme a execução. Paulo propõe que através do subcomitê financeiro a questão seja trabalhada como Funbio. Entende que temos flexibilidade e que, portanto, podemos trabalhar com menos recursos, aprovando mais caso seja necessário.

Fernanda continua explicando que o Funbio trabalhou então com a estimativa de 26 milhões, aplicando em seguida a fórmula de desembolso que é baseada nas metas acordadas no MOP para o atendimento das 11 condições de desembolso. Lembrou que as 5 primeiras condições de desembolso são pré-condições, ou seja, o não cumprimento destas condições inviabiliza qualquer desembolso por parte do FT. Explicando a fórmula: Essas condições de desembolso consistem em uma meta a ser alcançada nos diferentes temas que têm um indicador para quantificar o alcance delas que varia de zero a um. Zero implica em não alcance da meta e, portanto, não cumprimento da condição. 01 implica no cumprimento total da condição que foi plenamente atendida. Para cada uma dessas seis condições há um peso que é expressado em termos de percentual. Se todas as seis condições forem atendidas, ou seja, o indicador associado a essas condições tomar o valor de um, isso significa que o peso original dessa condição é mantido. A soma desses pesos totaliza 100%. Qualquer não cumprimento de uma dessas condições, quando o indicador seja menor do que um, ele reduz a soma desse percentual. Esse percentual é aplicado diretamente no valor estimado a ser desembolsado pelo FT. Então se todas essas 11 condições forem atendidas plenamente, o custo estimado será integralmente desembolsado para atender a lacuna de financiamento. Caso as condições não sejam atendidas trabalharemos com um percentual menor.

Conforme apresentado pelo MMA, as 11 condições de desembolso foram plenamente atendidas com duas exceções. A primeira exceção é a condição 8 referente à meta de criação. A meta de criação de UCs para o período até 2015 totalizava 3 milhões de hectares e conforme o Thiago apresentou foram criados apenas 740 mil hectares, o que corresponde à aproximadamente 25% da meta. Como essa condição é para o Programa como um todo, o não cumprimento de sua totalidade aplica-se não só ao ICMBio, mas aos outros órgãos gestores também. No caso dos Estados também temos uma

condição que não foi atendida que foi a implementação do monitoramento da biodiversidade. Conforme apresentado pelo MMA, o ICMBio desenvolveu os protocolos que já se encontram em implementação em diversas UCs. Os Estados têm ainda o desafio de avaliar e adaptar esses protocolos às suas realidades, com exceção do Amazonas que já tem um protocolo de monitoramento. Para os órgãos gestores estaduais o indicador então tem o valor de zero. Estão sendo penalizados em 5% por cento do valor para cada Estado pelo não cumprimento da condição. Ilana ressalta que apenas 03 Estados têm unidades integradas ao FT. Enfim temos um corte no valor total a ser desembolsado de 13%. Então chegamos ao patamar de 22,9 milhões para desembolso. Thiago questiona quanto à meta de monitoramento que no dia 5 de novembro será discutido o protocolo com os Estados e que se a meta é para 2015 ainda temos tempo para cumprir esta condição. E a mesma coisa com a criação, estamos com um decreto para criar 2,5 a 3 milhões de hectares na casa civil, se até o final de 2015 estes processos forem destravados será possível atingir a meta. Fernanda explica que as informações para avaliar o cumprimento das condições são aquelas constantes do relatório B. Thiago entende então que a data de corte é a do relatório e não o ano. Paulo observa que mesmo com o corte provavelmente está sobrando dinheiro. Paulo entende que caso as metas sejam atingidas até o final do ano, na próxima reunião do CFT, um ajuste pode ser feito de maneira a encontrar o valor total do desembolso.

Fernanda continua com o olhar sobre a execução dos recursos pelas sete unidades já inseridas no FT no período de novembro de 2014 até setembro de 2015, no valor acumulado, há execução baixa, mas um incremento substancial na execução nos últimos 3 meses. Como nem todas as unidades começaram a execução em novembro a execução foi analisada nos diferentes períodos. O Funbio dividiu os dados em trimestres para calcular a evolução da média de execução ao longo do período por UC. Hoje o valor médio executado é de 237 mil reais por UC por ano. Este valor projetado para as 35 UCs para o próximo biênio alcança a expectativa de execução de 16,6 milhões de reais. Não estão sendo consideradas a trajetória da evolução da execução nem a inflação neste cálculo. Thiago e Moara sugerem que a média deve ser elevada se considerarmos que as unidades que estão na fase III já estão consolidadas ou muito próximas disso. Fernanda acrescenta que sabemos que 16,6 milhões é um valor muito baixo considerando as ações que vem sendo tomadas e a evolução em função disso da curva de execução. Por outro lado, a estimativa com base na modelagem financeira está superestimada já que não considera a contrapartida da totalidade das 35 unidades. Há ainda o resultado com base na aplicação da fórmula financeira e o não cumprimento das condições de desembolso que reduz o valor inicial de 26,4 milhões. A recomendação do Funbio é a manutenção do patamar de desembolso na faixa de 20 milhões de reais, inclusive considerando a colocação do Paulo sobre a possibilidade de se rever a alocação de recursos caso necessário. Esta proposta de 20 milhões está pautada no pressuposto de que a execução pode alcançar 250 mil por UC, o que elevaria a execução para R\$17,5 milhões. Considerando a inflação este valor aumenta para 19 milhões. Desta forma aproxima-se do valor de 22,9 milhões da recomendação. No entanto, o valor de 22,9 milhões representa um valor anual de execução por UC de 330 mil reais, bem distante da realidade de hoje. É um desafio, mas, o Funbio entende ser um patamar mais viável e factível de ser alcançado. Fernanda acrescenta que é uma recomendação. Thiago observa que a aplicação da taxa

de execução sobre o valor não está prevista no MOP e qual é o ganho que temos hoje de fazer essa aplicação prevendo menos recurso e talvez não permitindo que essa taxa cresça além do que executado anteriormente? Não precisaria aplicar, além das condições de desembolso que são um corte, um segundo corte de balizamento relativo à taxa de execução, porque se a taxa de execução cresce ao longo do período corre-se o risco de termos que recorrer ao CFT. Fernanda responde que é um balizamento importante em ordem de magnitude e o valor de execução anual de 330 mil é um salto muito grande em relação ao que temos hoje, é um balizamento e uma informação adicional para subsidiar a discussão e o olhar. Moara pergunta se este incremento é compatível com o que ocorreu neste último trimestre, por mais que um trimestre seja um período muito pequeno. Ressalta que aplicar a taxa de execução pode ser interessante, mas que é necessário estabelecer critérios. Paulo e Thiago ressaltam que se descontada a contrapartida e reduzida a estimativa do desembolso pelo não cumprimento das condições, chega-se a um valor que está embasado no modelo. Paulo propõe que se utilize o valor da estimativa do modelo de custos, se faça a dedução da contrapartida projetada não contabilizada e se aplique o percentual de dedução das condições de desembolso. E complementa que como os números foram entregues muito próximos à reunião e ainda pode haver algum ajuste, pode ser realizada uma revisão na reunião de janeiro do CFT. Outra coisa é que se está falando muito de inflação e deveríamos prever ajuste para o final do primeiro ano. Mas devemos na reunião de outubro de 2016 fazer um ajuste com a inflação deste período. Moara sugere que retire da tabela a coluna com a taxa de execução. Fernanda entende que é uma informação a mais e sugere que se avalie a execução das UCs da fase II para o mesmo período. Novamente, foi usado como um balizador, é uma informação adicional. Apresentar esta informação não prejudica. O Presidente concorda.

#### Deliberação 2

Os membros do CFT deliberam que o valor do desembolso será calculado da seguinte forma: do valor da estimativa do modelo, deverá ser deduzido o valor de estimativa da contrapartida não contabilizada e aplicado o percentual de dedução das condições de desembolso para cada OG, sendo acrescido o percentual de 14% dos custos administrativos do gestor financeiro, mais a previsão de cobertura de custos administrativos do ministério, de R\$ 2.000.000,00 para o biênio seguinte, além dos custos da Secretaria do CFT, devendo ser deduzido do valor a desembolsar o saldo não executado referente ao desembolso do período anterior.

#### Deliberação 3

Fica definido que o valor exato do desembolso para o próximo biênio, calculado da forma deliberada e utilizando os dados dos valores de contrapartida por unidades de conservação a serem enviados pelo MMA ao Funbio será circulado, até 03 de novembro de 2015, aos membros do CFT, por meio do encaminhamento do Relatório J.

#### Deliberação 4

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including "AC", "MS", and "M".

Os membros do CFT deliberam que o cumprimento das condições de desembolso relacionados às metas de criação de novas unidades de conservação e de monitoramento de biodiversidade será revisto na próxima reunião, em vista de que será avaliada a necessidade ou não de ajuste no valor do desembolso para o biênio de 2016/2017.

**IX. Item 9 da pauta aprovada: Visita de Angela Merkel e doação do KfW – comentários**

Christian relata a visita de Angela Merkel que ocorreu em agosto de 2015. Ressalta que foram feitas consultas de alto nível com a chanceler e doze dos 14 membros do gabinete. Haverá doações de 9,9 milhões para o Fundo Amazônia e mais 100 milhões de empréstimo para um futuro projeto de reflorestamento. Entende-se assim que a cooperação entre Brasil e Alemanha é muito boa. Foi protocolado também um documento sobre o clima sobre a doação de 100 milhões para o Fundo Amazônia até 2020. Porém, isto é só uma intenção, não está claro como cumprir com isso. Para a Alemanha os contratos de CAR e o ARPA são muito importantes. O resultado principal destes eventos são duas linhas de atuação grandes no futuro: o Fundo Amazônia que vai aumentar em importância com esses 100 milhões de euros e o reflorestamento. Além do Fundo Amazônia e esses 100 milhões, é difícil conseguir mais doações para outros projetos, por exemplo com os Estados ou outros setores de adaptação, da área costeira. O governo da Alemanha já está procurando de onde esses cem milhões podem vir. Há recursos para REDD e agora que a estratégia nacional do Brasil sobre REDD está quase pronta esta é uma possibilidade. Adriana Moreira pergunta se o KfW estará trabalhando com reflorestamento em áreas privadas ou públicas. Christian responde que o plano é trabalhar com áreas privadas, em especial com os pequenos proprietários, mas essa é só a ideia. Cem milhões de euros é bastante recurso e é preciso verificar o potencial de absorção deste dinheiro. Ainda mais quando considerada a existência de outros fundos como PRONAF e ABC. Adriana recomenda dar uma olhada no que está acontecendo no ABC, mais até do que o PRONAF, porque esta é uma linha mais tradicional e está ligada ao fomento da agricultura em si.

**X. Item 10 da pauta aprovada: Atualização sobre gestão de ativos/processo de contratação de novo gestor**

Christian informa que temos dois processos um para prolongamento da gestão de ativos pela Pragma e outra para a contratação de novo gestor de ativos internacional. Há um monte de alternativas e motivos fortes para evitar o processo inteiro para a contratação do novo gestor. Há opções de evitar a pré-qualificação, mas no nosso caso não estamos em nenhuma dessas exceções. A preocupação é, se o valor é grande a oferta tem que ser bem elaborada e vai ter custos para os interessados. Havendo muitos interessados e como será identificada apenas uma lista pequena para

alternativas e motivos fortes para evitar o processo inteiro para a contratação do novo gestor. Há opções de evitar a pré-qualificação, mas no nosso caso não estamos em nenhuma dessas exceções. A preocupação é, se o valor é grande a oferta tem que ser bem elaborada e vai ter custos para os interessados. Havendo muitos interessados e como será identificada apenas uma lista pequena para pedir a oferta, para evitar que todos os concorrentes incorram em custos, é necessário fazer uma pré-qualificação antes. O processo inteiro, se tudo der certo, tem duração de mais ou menos 6 meses. A experiência indica mais ou menos 8 meses, então é estimado que em junho/ julho de 2016 o processo esteja finalizado. Quanto à prorrogação da Pragma não existe uma regra fixa em termos de quantos anos ou aumento valor do contrato. Embora não exista a regra fixa para isso existem as diretrizes europeias que recomendam após 4 anos fazer uma nova seleção. Então é preciso verificar o que é possível dentro das regras nacionais e fazer uma consulta a Frankfurt se é possível com uma "formal opinion". Paulo lembra que já temos regras de alternância de gestores de ativos dentro da política de investimento. Na verdade, a Pragma está como gestora do FT desde a criação do fundo, desde o ano passado, embora já tenha sido contratada pelo Funbio para seus vários portfólios desde a crise de 2008 quando a AIG teve problemas, lembra Adriana. Paulo ressalta o subcomitê financeiro precisará redefinir as orientações à Pragma em relação aos recursos internacionais, já que o processo de seleção do novo gestor irá ser mais longo do que previsto. Desta forma, Christian e Funbio lideram os procedimentos para a realização do processo de contratação do gestor internacional, para dar partida neste processo. Paulo pergunta a Christian se Carsten participaria do processo e das entrevistas. Christian responde que sim.

Deliberação
<b>A contratação do gestor dos ativos internacionais será feita pelo processo mais completo de pré-qualificação exigido pelo KfW e liderado pelo Funbio.</b>

#### XI. Item 11 da pauta aprovada: Atualização sobre doações: GEF e Suez

O Presidente pede para Gustavo fazer atualização sobre o GEF. Gustavo discorre brevemente sobre o histórico que deu origem a este Programa. Logo que começamos a trabalhar na recomposição do GEF, ciclo do GEF 6, viemos ao Brasil com a CEO do GEF, Naoko, e tivemos uma série de reuniões organizadas pela ministra Izabella com várias agências e vários órgãos de governo. Dessa discussão surgiu uma ideia de tentar fazer um programa para a Amazônia que ajudasse na consolidação do que já foi feito em termos de áreas protegidas, mas que isso se expandisse também para a matriz como um todo, outras áreas como terra indígena e que não estão em unidade de conservação e quais são os modelos para o desenvolvimento em bases mais sustentáveis, e que tivesse também uma visão além da fronteira brasileira. Após uma série de conversas em separado com os governos do Peru e da Colômbia, chegou-se a ideia de tentar promover um programa com os três países que cobrem 83% da bacia amazônica e onde a integração econômica está ocorrendo independentemente do que os três governos estejam fazendo ou possam fazer. O Banco Mundial foi



escolhido como agência implementadora no Brasil e do Programa como um todo. O PNUD e a WWF têm um projeto cada no Peru e na Colômbia o Banco Mundial representa ainda uma outra iniciativa. São na realidade 4 projetos dentro de um Programa maior. A parte brasileira está sendo chamada de Amazon Sustainable Landscapes, "Paisagem Sustentável da Amazônia". Serão 60,3 milhões, além de 5 milhões de custos que a agência cobra para executar o projeto, são 65,7 milhões cuja metade disso, 30 milhões de dólares vai para o Fundo de Transição do Arpa (FT) e o resto vai para ações fora das Unidades de Conservação. Na Colômbia, a questão de conectividade e conservação, é um componente de áreas protegidas muito ligado ao processo que o atual presidente está liderando de conseguir paz nas florestas, então o objetivo é ocupar o espaço que as FARC ocupavam, com atividades de conservação e atividades sustentáveis. No Peru há dois componentes, o primeiro está ligado à experiência do Arpa e o outro está ligado à paisagem como um todo. Além disso, há um componente regional (5 milhões de dólares) para capacitação, troca de informações e coordenação entre os 3 países. Ao todo são 123 milhões de dólares, 65 para o Brasil, 22 para a Colômbia e 29 para o Peru e além disso, 5,5 milhões para o Programa regional. O Programa foi aprovado pelo conselho (GEF), definindo orçamento e um documento programático. O detalhamento será feito ao longo dos próximos 12 a 18 meses. O prazo é de até 18 meses para a devolução dos projetos para serem aprovados e desembolsados. Adriana tem um papel muito importante nisso trazendo toda a equipe. Tivemos mais de 12 reuniões envolvendo os países e as agências para chegar neste ponto, mas funcionou tudo bem e estamos muito felizes. Em relação ao Fundo de Transição os recursos estão reservados, mas só serão transferidos quando esses acordos estiverem feitos.

Paulo observa que um Programa como este é espetacular porque sabemos da necessidade de integração, lembrando que em uma reunião no Acre houve um assunto sobre os rios que já vem com poluição de metais pesados, então uma organização de integração pan-americana é muito interessante. Gustavo informa que Avecita e WWF já fazem parte do Programa. Gustavo informou ainda que recebeu uma correspondência da Bolívia demonstrando interesse em aderir ao Programa. Moara diz que já temos um contato iniciado no departamento de áreas protegidas, por meio do Rede Parque do Vision Amazônica e recentemente a TCA está trazendo esta discussão das áreas protegidas especificamente. O outro componente que é de restauração vai precisar de um reforço muito grande de conhecimento das equipes. Hoje a equipe do ICMBio, já tem contatos na Colômbia, no Peru e já conversam em relação à gestão, monitoramento, adaptação às mudanças climáticas para as áreas protegidas. Entretanto, para a recuperação não existe ainda esta relação e este será um desafio bem grande de trocas práticas entre os países.

Quanto à Suez, Fernanda relata que foram realizadas diversas reuniões com o ponto focal de sustentabilidade da Suez e outros membros da empresa. Desde então, a própria Suez tem tido diversas reuniões internas. Há uma indefinição interna muito grande e não se avançou. Mauro observa que a Suez está fazendo vários processos de consulta a várias organizações. Ela está tentando mapear quem faz o que e como para ver até onde tem possibilidade de investir.

MS  
MS  
MS  
MS  
MS

O Presidente aproveita o tema de doadores privados para falar com Arthur sobre a necessidade de reunião com Natura e Boticário para poder produzir do Regimento Interno do Subcomitê dos Doadores Privados O Arthur consultou sobre a possibilidade de o prazo ser um pouco mais longo, O Presidente entende que é possível a partir desta reunião já que a participação da Anglo está realmente iniciando. A regra começaria a partir de agora, de hoje, o prazo de dois anos, e também valerá para o Comitê do Programa.

<b>Deliberação</b>
<b>Considera-se iniciado o prazo do mandato da Anglo para seu Subcomitê dos Doadores Privados e para o CFT, a partir desta data por dois anos</b>

**XII. Item 12 da pauta aprovada: Atualização gestões BNDES/ARPA/MMA/Fundo Amazônia**

Item XII já foi abordado anteriormente


**XIII. Item 13 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões**

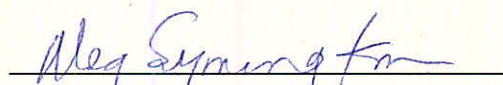
O Presidente sugere data para a próxima reunião em janeiro de 2016, entre os dias 13 e 15 e pergunta aos presentes quanto à possibilidade de já se fazer o agendamento para o ano. O Funbio irá providenciar um "doodle" com proposta de datas para agendamento das reuniões. A proposta são reuniões em janeiro, abril, julho e outubro. Quanto ao local das reuniões fica esclarecido que quando ocorrerem reuniões sucessivas do CP e do CFT estas ocorrerão em Brasília, e quando for apenas do CFT poderão ser no Rio de Janeiro. Em relação a proposta de datas, Thiago consultará o CP. O presidente agradece a todos e dá por encerrada a reunião.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2015.

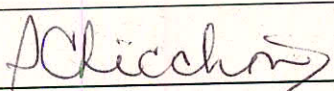
**Membros do CFT:**

  
Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)

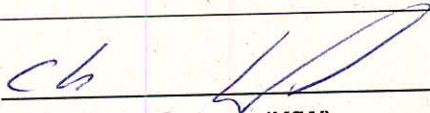
  
Meg Symington (WWF/US)

\_\_\_\_\_

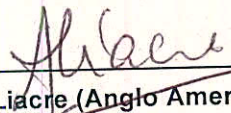
Gustavo Fonseca (GEF)

  
\_\_\_\_\_

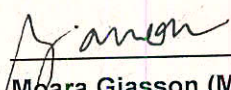
Avecita Chicchón (Moore Foundation)

  
\_\_\_\_\_

Christian Lauerhass (KfW)

  
\_\_\_\_\_

Arthur Liacre (Anglo American)

  
\_\_\_\_\_

Moara Giasson (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:

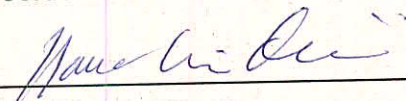
\_\_\_\_\_

Lilian Hangae (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

\_\_\_\_\_

Fernanda Marques  
Coordenadora da Área de Doações do Funbio

  
\_\_\_\_\_

Ilana Nina de Oliveira  
Gerente do Programa Arpa no Funbio

\_\_\_\_\_

Manuela Mossé Muanis  
Consultora para o Fundo de Transição

---

**Flávia Neviani (Secretaria da Reunião)**  
**Gerente da Assessoria Jurídica do Funbio**